

Notas acerca da relação educação e emancipação humana: limites e contradições da democracia

Notes about the relationship between education and human emancipation: contradictions of democracy

José Deribaldo Gomes dos Santos*

Ana Paula Monteiro de Carvalho**

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir os limites e possibilidades da educação ofertada aos trabalhadores. Tematizam-se os esforços da escola pública em torno da emancipação política, que, por sua vez, é separada das ações sobre as condições materiais de existência, bem como as determinações do Estado capitalista. A metodologia utilizada priorizou o método histórico-ontológico. Os fundamentos da sociabilidade moderna são articulados ao complexo educacional, para que não se possa enxergar as contradições entre o caráter formal da emancipação política e a sua manifestação real. A exposição é apoiada pelas descobertas de Marx, Mészáros, Tonet, dentre outros pesquisadores. Este artigo pretende refletir criticamente sobre o debate em torno da construção de um processo educativo para a tarefa histórica de libertar o trabalho dos grilhões do capital.

Palavras-chave: Educação. Emancipação Humana. Estado.

Abstract: This paper aims at discussing the limits and possibilities of the education offered to those from working class by questioning the effort expended by public schools towards political emancipation, which, in turn, is dissociated from the necessary action on real conditions of existence and determinant aspects of the State in capitalism. The methodology applied focused on the onto-historical method. Modern sociability foundations are articulated within the educational complex, so that one cannot perceive the contradictions between the formal character of political emancipation and its actual manifestation. This paper is supported by the studies of Marx, Mészáros, Tonet and others. Moreover, this paper aims at reflecting, critically, the debate towards the formative process in order to set it free from the requests capital demands.

Keywords: Education. Human Emancipation. State.

Recebido em: 14/11/2017. Aceito em: 12/02/2019

* Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Laboratório de Pesquisa sobre Políticas Sociais do Sertão Central (LAPPS) e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTRESS) do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. E-mail: deribaldo.santos@uece.br.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Professora da Educação Básica-Rede Pública do Estado do Ceará. E-mail: anapaulamoca@hotmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Introdução

Considerando o momento histórico atual de formação do Estado global do capital e a necessária organização da humanidade em defesa da sua continuidade enquanto gênero, a apropriação dos mecanismos de formação ofertados à classe trabalhadora apresenta-se como tarefa urgente. Por meio de um estudo que articula essência e aparência enquanto elementos da realidade, ou seja, a partir da compreensão da unidade dialética entre os fenômenos e a totalidade social, o presente artigo pretende oportunizar, de forma didática e sucinta, a necessidade de educadores retomarem, no ambiente escolar, a discussão sobre emancipação humana na perspectiva ontológica marxiana.

Como já anunciado, é preciso sempre partir da totalidade, ainda que difusa, indeterminada, analisá-la em seus elementos dinâmicos e retornar à totalidade com as suas determinações apreendidas. Este é o método marxiano de apreensão da realidade, que parte da imediaticidade caótica dos fenômenos, abstratos, identificando gênese, relações e processualidade histórica, até captar, no movimento de retorno ao fenômeno, o concreto que é a “síntese de muitas determinações” (MARX, 2008, p.260). Para uma reflexão mais frutífera sobre a educação oferecida à classe trabalhadora, em uma perspectiva emancipatória, é preciso ir além do fenômeno educativo-escolar para conhecer as relações de produção que determinam o metabolismo social e buscar os fundamentos que engendraram essa educação determinada. Com a apropriação desses elementos, poderemos, então, retornar ao fenômeno, às relações cotidianas, *locus* da práxis.

Para a tarefa aqui anunciada, resgatamos as reflexões de Marx (2005; 2010) sobre a distinção entre emancipação política e emancipação humana; os limites da primeira como resultado das contradições capitalistas, e a conquista da autêntica emancipação somente com a superação dessas contradições e envolvendo, de fato, o gênero humano. Avançando nesta direção, destacamos as investigações de Mézáros (2002; 2003; 2011) sobre o refinamento e aprofundamento do domínio do Estado sobre o processo de reprodução, e daí chegamos ao complexo educativo e sua funcionalidade em prol dessa reprodução. Nesse ponto, dialogamos com as

reflexões de Tonet (2013) sobre o equívoco existente em práticas progressistas que continuam confundindo emancipação política com emancipação humana. Ainda com este autor, indicamos as tarefas que podem contribuir para formação crítica e engajada da classe trabalhadora, em favor de seus interesses, que são, em síntese, os interesses da humanidade.

Hegemonia global do capital, educação e emancipação: primeiras aproximações

Inicialmente, é preciso destacar que o método onto-histórico utilizado por Marx não elabora formulações conceituais aprioristicamente. O método exige a análise da processualidade histórica que viabiliza a descoberta gradativa de determinações pelo esforço de recomposição da totalidade mediada por diversos graus de abstração. Nesse sentido, não encontraremos em Marx um conceito fechado de emancipação, mas podemos compreendê-lo em seu percurso investigativo. Destacaremos algumas passagens deste movimento.

Em uma de suas primeiras obras, Marx (2010) apresentou a análise sobre a emancipação humana como um caminho para chegar à gênese das misérias sociais, compreendendo a centralidade das condições de produção da vida como mediadora primordial do desvelamento da realidade. Nesse momento, mesmo sem conhecer ainda os fundamentos da sociabilidade capitalista desenvolvida, compreendeu que era preciso ir além das aparências, além dos fenômenos que mistificavam o Estado. Entendeu a necessidade de distinguir emancipação política de emancipação humana. Enquanto alguns de seus contemporâneos lutavam para formar o Estado Laico alemão, acreditando que a religião era a causa das desumanidades, e que, libertado da religião, o Estado promoveria a libertação do homem, Marx já vislumbrava a totalidade das condições materiais de existência e a diferença essencial entre a emancipação concreta (humana) e a emancipação abstrata (política), inferindo que estes elementos não eram idênticos. Investigando o caso específico da luta dos judeus pela emancipação política, Marx (2010, p. 38-39, grifos do autor) compreende o todo social e concluiu que:

[...] Não afirmamos que eles [os judeus] devam primeiro suprimir sua limitação religiosa para depois suprimir suas limitações seculares. Afirmamos, isto sim, que eles suprimem sua limitação religiosa no momento em que suprimem suas barreiras seculares. Não transformamos as questões mundanas em questões teológicas. Transformamos as questões teológicas em questões mundanas. [...] *A questão da relação entre emancipação política e religião* transforma-se para nós na questão da relação *entre emancipação política e emancipação humana*. [...] O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado Livre* [...] sem que o homem seja um homem *livre*.

Em outro momento de sua trajetória, Marx, ao contribuir para a elaboração do estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores, formula a categoria de forma mais concreta, ou seja, mais rica de determinações: “[...] a servidão em todas as suas formas, toda miséria social, toda degradação intelectual e dependência política é o resultado da sujeição econômica do trabalhador aos monopolizadores dos meios de trabalho, isto é, das fontes de vida (MARX; ENGELS, 2001, p.107)”. Emancipação é, portanto, a superação da propriedade privada dos meios de produção e do produto da riqueza social. A necessidade de desvendar os mecanismos de sujeição do trabalhador ao capital, em todas as formas de dominação, leva à crítica da economia política, sua gênese, seu desenvolvimento, suas mistificações, descobrindo o movimento da mercadoria e o seu fetichismo, que invertem a relação sujeito-objeto, submetendo o ser social à sua criação histórica:

[...] a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem as relações materiais dela decorrente. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relação entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão

humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. (MARX, 1989, p. 81)

Arriscando uma formulação didática, entendemos que a emancipação humana é, portanto, a superação das relações de produção que, mediada pelo fetichismo da mercadoria, impedem o trabalhador de se apropriar da riqueza social que ele produz, dando-lhe condição de desenvolver-se plenamente enquanto generidade humana. Emancipação é a superação do trabalho alienado engendrado pela sociedade de classes. Como se trata de uma totalidade social, a emancipação não pode ser apenas econômica ou política, precisa ser total, enfim, emancipação humana; necessidade tão clara nesses tempos de domínio global do capital, domínio gerenciado pelo Estado; nesse ponto, precisamos retornar ao texto *Sobre a questão judaica*, onde Marx (2010) evidencia, de forma mais específica, a natureza do Estado e os limites do Estado burguês, nos aproximando um pouco mais do objeto de estudo: a relação emancipação-educação.

As descobertas de Marx (2010) sobre as ilusões do pensamento burguês levam-no a entender que a emancipação política, o Estado democrático, laico, como concreta realização humana é apenas paliativo, jamais a emancipação humana, pois o Estado é, de fato, um instrumento de dominação, mesmo quando apropriado temporariamente e parcialmente por forças mais progressistas. Nos dias atuais, diferente do contexto histórico em que Marx escreveu seus primeiros textos, verifica-se o agravante da intelectualidade burguesa contemporânea encontrar-se ultraconservadora. No entanto, as mentes e corações das massas, diante da forte presença das mesmas mistificações denunciadas no século XIX pelo pensador alemão, são aprofundadas pelo estágio atual de desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Mészáros (2011), o capital encontra-se em crise estrutural, ou seja, com dificuldades em manter seu movimento de expansão e aumento da taxa de lucros. Para aprofundamento sobre a crise estrutural do capital, recomendamos a leitura de Mészáros (2002; 2003). Essa condição pressiona a criação de mecanismos cada vez mais violentos de exploração do trabalho vivo. O Estado, enquanto gerente da crise,

nunca foi tão forte e tão menos democrático, ameaçando, inclusive a precária emancipação política, conquistada duramente em muitos confrontos sociais. A relação entre Estado e Capital, no contexto contemporâneo, fica mais evidente. Sem o Estado, o domínio universal do capital sobre a força de trabalho não é possível. Ele é o principal mecanismo de controle sócio metabólico mediado por disseminadores ideológicos, como os sistemas educacionais e midiáticos, ou simplesmente pela força, como atividades repressivas aplicadas pelos órgãos jurídicos, militares e policiais. Além disso, o Estado é o garantidor da hegemonia do capital fictício, através do gerenciamento das dívidas públicas espetaculares que submetem nações inteiras. Para compreender o capital fictício, recomendamos a leitura de Carcanholo e Nakatani (1999).

Diante da situação exposta, o esforço da desfetichização marxiana é tarefa atual. Não significa que devemos abandonar as lutas pelo Estado Democrático; este continua como mediação importante para o próprio amadurecimento da consciência da classe trabalhadora em seu duplo aspecto: sem as lutas democráticas, não é possível desenvolver o protagonismo do proletariado, necessário ao alcance do limite da emancipação formal, nem perceber no horizonte as possibilidades da emancipação autêntica. Somente na práxis de levar esse Estado democrático às últimas consequências de suas contradições é que, concretamente, será possível às massas compreender que as relações de produção capitalistas não permitem que a emancipação política seja mais do que uma abstração vigorosa, e que o Estado, de fato, é um instrumento da classe proprietária para dominar a classe expropriada:

[...] Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincida, para que um estamento seja reconhecido como estamento de toda a sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, um estamento particular tem de ser o estamento do repúdio geral, a incorporação dos limites gerais. Uma esfera social particular terá de olhar-se como o crime notório de toda a sociedade, a fim de que a libertação de semelhante esfera surja como uma autolibertação geral. Para que um estamento seja estamento libertador *par excellence*, é necessário que outro estamento se

revele abertamente como estamento de opressão (MARX, 2005, p.154, grifos do autor).

Entre outros avanços trazidos pela crítica marxiana, podemos afirmar que pensar em emancipação humana é, fundamentalmente, criticar o Estado em seu movimento dialético de essência-aparência, suas implicações para a reprodução sociometabólica do capital, seus limites, impedimentos, enfim, seu movimento e estrutura. Vejamos essa questão um pouco mais de perto, com ajuda de algumas descobertas importantes de Mészáros (2003, p. 11) que, em seus estudos sobre o estágio atual do capitalismo, identifica o período histórico que vivemos como “Imperialismo hegemônico global”, tendo os Estados Unidos como protagonistas da tentativa de tornar-se o “Estado do sistema do capital” (p. 12), gerenciando o domínio universal da economia, política, armas, educação etc. Movimento que revela perfeitamente a unidade dialética entre determinações históricas e estruturais do ser social. Apoiados em Mészáros (2003), afirmamos que as determinações históricas definiram os norte-americanos como atuais senhores do mundo, mas são as determinações estruturais das relações de produção capitalista que demandam a formação desse Estado total do capital.

Considerando a necessidade da formação do Estado global do capital, podemos inferir, ainda, que a lógica desse movimento funciona semelhante à contradição que faz a concorrência gerar o monopólio, como Marx (2009) expôs na *Miséria da Filosofia*, desconstruindo o clássico argumento de que a concorrência seria a negação do monopólio, que uma vez eliminado, deixaria o capitalismo mais humanizado, pois concorrência, para o pensamento burguês, é liberdade. Marx (2009), portanto, já em suas obras iniciais, compreendeu, através da capacidade do método dialético em revelar a realidade, que havia latente uma tendência à centralização global do capital. Essa tendência, que se constitui há séculos, transformou, de fato, toda a humanidade em uma “aldeia global”. Importante esclarecer que essa aldeia não deve ser vista no sentido mistificado de entendimento e cooperação; ao contrário, a aldeia é a alegoria do gênero humano caminhando no mesmo passo para o próprio extermínio, resultado certo do acelerado esgotamento dos recursos naturais, da produção irracional desvinculada

das necessidades humanas e da pauperização extrema do trabalho vivo. Mézáros (2003) denomina esse processo de produção destrutiva, gerenciada de forma cada vez mais centralizada e, ao mesmo tempo, cada vez mais capilarizada em todos os recantos do planeta. A universalização do capital cria, assim, a exigência histórica e estrutural de lutas igualmente globalizadas pela superação dessa forma social. O processo contraditório que envolve a formação do Estado global demonstra, historicamente, os limites da chamada emancipação política, ao empurrar a humanidade para uma batalha, não somente contra os respectivos Estados nacionais, mas, principalmente, contra o Estado central do capital.

Considerando os pressupostos apresentados, a luta pela emancipação humana faz ainda mais sentido em nossos dias. A superação do capital é, dessa forma, o que Marx sempre afirmou em toda sua trajetória, uma tarefa da humanidade, e a progressiva formação de um Estado global do capital, dialeticamente, torna mais clara essa dimensão humana da emancipação. Essa compreensão é fundamental, pois há muito tempo estamos enredados em lutas por emancipações parciais (nacionais, étnicas, culturais, religiosas, gênero, orientação sexual etc.) que, apesar de imprescindíveis, são insuficientes para revelar os verdadeiros obstáculos à emancipação humana. Contraditoriamente, esses movimentos parciais de emancipação contribuem, muitas vezes, para separar mais ainda os sujeitos, individualizando as lutas sociais, enfraquecendo-as. Brancos contra negros, mulheres contra homens, ao invés do antagonismo genético que produz os demais: trabalhadores contra expropriadores. O movimento atual em direção à formação do Estado global do capital é o contexto histórico trágico, mas favorável à visibilização da dimensão necessariamente global da emancipação, ou seja, emancipação da humanidade.

E qual seria o objetivo da formação do Estado Global? Resultante da concorrência universal, esse Estado tem como objetivo a difusão, sem precedentes, de todos os mecanismos de reprodução do capital. Mézáros (2013, p. 13, grifos do autor) destaca “[...] a *necessidade sistêmica* de o capital subjugar globalmente o trabalho por meio de toda e qualquer agência social específica capaz de assumir o papel que for atribuído”. Nesse ponto, podemos identificar

o complexo educativo como espaço de atuação dessas agências sociais. Apresenta-se, claramente, a necessidade de padronização da educação, conforme as demandas capitalistas, principalmente nos países periféricos. Educação delimitada e controlada para atender à lógica de reprodução sistêmica.

Por outro lado, pensando as contradições, o complexo educativo também é um dos espaços de relações com capacidade de oferecer alguns elementos para compreensão crítica da realidade. No interior desse complexo, destacamos a importância da escola pública, principal ferramenta de formação da classe trabalhadora. Enquanto tal, se apropriada por forças efetivamente comprometidas, contribuiria para refletir sobre os limites da sociabilidade capitalista. Considerando que nesta sociabilidade o pensar está separado do fazer, as alternativas surgirão mesmo dentro da estrutura fragmentada da práxis. Essa separação, oriunda da alienação primeira que opôs capital e trabalho, dividiu a sociedade em classes nas quais os proprietários dos meios de produção expropriam os produtores da riqueza social (trabalhadores). Nessa relação, a classe trabalhadora tem poucas condições de pensar sobre as contradições e formular alternativas de ação em seu ambiente laboral. Assim, apesar do complexo educativo não escapar às mesmas determinações, ainda carrega, pela sua natureza teleológica, potencial para reflexões coletivas sobre a realidade, mesmo que reproduzindo a dualidade inerente à forma social que lhe desumaniza. Para que a educação sirva a esse objetivo, é preciso, inicialmente, perceber as armadilhas e ilusões que foram criadas pela lógica reprodutivista, potencializadora das aparências (fragmentos do real) e dissimuladora da essência da realidade (totalidade). Discutiremos algumas dessas ilusões a seguir.

Cidadania e democracia: limites, contradições e mistificações

Considerando os fundamentos apresentados, podemos discernir a complexidade da tarefa histórica posta aos trabalhadores, em especial àqueles que trabalham na educação, sua busca por uma forma consistente de contribuição favorecedora da construção de uma nova sociedade. Sabemos que o complexo da Educação não muda o metabolismo capitalista e entendemos que a

emancipação humana só é possível, objetivamente, libertando o trabalho do capital. Apesar disso, não podemos negligenciar o processo educativo, mais especificamente a escola pública, forma mais sistemática, abrangente e universal desse complexo, conforme nos demonstrou Saviani (2013).

A apropriação das mediações do complexo educativo pelo capital, o controle, em especial, do espaço formativo da escola pública, através das medidas desenvolvidas pelos organismos internacionais (como o Banco Mundial) são evidências suficientes da importância desse complexo para a reprodução social. É preciso destacar que o Movimento Educação Para Todos foi implantado na década de 1990, e se constituiu como o mecanismo articulado pelo capital internacional para controle da educação formal pública oferecida aos trabalhadores, em especial nos países do capital periférico. Para aprofundamento sobre as implicações da EPT na educação e o papel das agências financiadoras, ver Mendes Segundo (2005).

Esse mecanismo estabeleceu não só limites de acesso ao conhecimento, através de avaliações externas sistemáticas, como também estabeleceu limites de acesso à universidade, com cursos aligeirados de graduação tecnológica e progressiva privatização do ensino superior (SANTOS, 2012). A escola, portanto, configura-se como espaço de disputa para formação de subjetividades, carregando o potencial de possibilitar a compreensão da realidade e oportunizar a proposição de alternativas. Mesmo as progressistas têm sua importância, se considerarmos a processualidade histórica de sua exclusão das políticas públicas dos últimos anos, completamente alinhada ao recuo do movimento operário de uma forma geral, ilustrado empiricamente pela facilidade da aprovação da Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017).

O referido recuo é chamado por Mészáros (2011, p.106) de “capitulação da tradicional liderança política dos trabalhadores”. Este grande estudioso das ações de resistência dos trabalhadores em todo o mundo afirma, apoiando-se em diversos fatos históricos, que a capitulação não foi de autoria apenas dos partidos trabalhistas, mas também dos comunistas. E está relacionada ao fracasso do socialismo histórico e do Estado de Bem Estar Social, resultante da crise estrutural, promovendo a acelerada perda das proteções trabalhistas e sociais nos países

desenvolvidos, e com mais intensidade, nos países periféricos

Mészáros (2011) explica que o desemprego estrutural, decorrente da tendência à diminuição da taxa de lucros pela substituição de trabalho vivo (seres humanos) por trabalho morto (máquinas), não atinge somente a massa de trabalho não-qualificada, mas também a qualificada, criando o que o autor denominou de “restrito trabalho qualificado” (p.68). Essa situação, vista dialeticamente, explica o recuo dos trabalhadores, acossados pela precarização de suas condições de vida, mas também aponta, considerando o desemprego “estendido à totalidade da força de trabalho da sociedade” (p.69), para o inescapável confronto do trabalho com o capital, pela objetiva necessidade de sobrevivência para os dois lados. Aqui, a questão política emerge em sua complexidade dialética, revelando possibilidades, contradições e limites.

Mészáros (2011) conclui de suas investigações que as soluções precisam ser buscadas na esfera política (p. 88), na construção da democracia autêntica, baseada em uma “reestruturação dos poderes de tomada de decisão” (p. 89), efetivamente apropriada pelas massas. Contudo, a realização dessa democracia radical se dá além dos limites da esfera política, presa às instâncias do Estado. A solução apontada é a “transferência total da tomada de decisões reprodutiva e distributiva para os responsáveis associados” (p.101). A materialização na esfera produtiva se dá, conforme a designação meszariana, pela “divisão horizontal do trabalho” (p. 99). E aqui podemos enxergar a importância estratégica da educação, tanto para manter a dominação, como contributiva para a emancipação, formando sujeitos capazes das tomadas de decisão necessárias.

O complexo educativo dentro da esfera de manobra da crise do capitalismo contemporâneo, como campo favorável à reprodução social, é fortemente apropriado pelos gestores da barbárie. Essa gerência está completamente impedida de conceder, por menor que seja, algum espaço de negociação sobre as conquistas abertas anteriormente, sobretudo nos períodos mais intensos de enfrentamento entre capital e trabalho. Essa impossibilidade de manobra favorável aos trabalhadores, explica-se, nas palavras de Mészáros (2002, p. 24), pelo imperativo do

capital em crise de usar todos os meios para manter suas taxas de lucro:

[...] sob a pressão da crise estrutural, o capital não teve mais condições de oferecer qualquer ganho significativo ao interlocutor racional [o autor refere-se ao movimento operário que apenas se defende do capital], mas ao contrário foi obrigado a retomar as concessões passadas, atacando sem piedade as próprias bases do Estado de bem-estar, bem como as salvaguardas legais de proteção e defesa do operariado por meio de um conjunto de leis autoritárias contrárias ao movimento sindical, todas aprovadas democraticamente, e a ordem política estabelecida teve de abrir mão de sua legitimidade, expondo, ao mesmo tempo, a inviabilidade da postura defensiva do movimento operário.

Desse debate, e considerando os limites de um artigo, interessa perceber que a educação assume privilegiado papel no processo de desmobilização da luta social. E, da mesma forma, tem potencial para mobilizar, mas ciente de seus limites para não cair nas armadilhas idealistas. Para que possamos atender ao que mais nos interessa aqui, resgataremos as críticas e proposições de Ivo Tonet (2013), visto que analisa as principais orientações da práxis educativa. As indicações do autor apontam mediações que revelam os limites dessas práticas que acabam por fortalecer o processo de reprodução da sociedade capitalista. Duas das crenças mais defendidas hoje na escola são a Cidadania e Democracia, e, para Tonet (2013, p. 234) defendê-las sem uma articulação nuclear com a questão da luta de classes é um equívoco grave.

O autor observa que no interior da pedagogia progressista¹, respeitando as muitas distinções entre os diversos autores que trafegam nessa corrente, persiste a crença no valor universal da Cidadania e da Democracia, o que leva a acreditar na possibilidade da construção de um socialismo democrático como contraponto ao modelo autoritário que marcou a experiência histórica socialista (Rússia, por exemplo). Orientados por esse idealismo, passaram a priorizar as questões éticas que envolvem esses dois

termos, questões da consciência, do discurso, dos valores, entre outros. Para Tonet (2013), essa compreensão dificulta a efetiva contribuição da práxis educativa em direção à emancipação humana. Seleccionamos dois desses problemas: o primeiro é pensar o fortalecimento do Estado como mediador do processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora. O segundo é a perda da centralidade da economia como “matriz do ser social” (TONET, 2013, p. 32), sobrepujada pela força do movimento aparente do complexo da Política.

Os problemas referidos são resultantes de leituras fragmentadas do pensamento marxiano, produzidas por alguns intelectuais. Um exemplo citado por Tonet (2013) é Castoriadis. Este pensador entende que Marx, ao estabelecer o proletariado como sujeito revolucionário, incorreu em determinismo histórico. Diante disso, Tonet se propõe retomar os fundamentos da formação do ser social. Com essa opção metodológica, o filósofo brasileiro tematiza acerca da gênese do problema da emancipação e suas reverberações no complexo educativo.

O autor inicia sua reflexão com a questão da relação sujeito-objeto e as distorções sofridas pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas. Para tanto, percorre historicamente a forma como o homem foi dominando a natureza e começou a perceber a coisidade, a realidade objetiva, a causalidade, os elementos naturais como objeto, ou seja, como produção humana. Constata que a coisa em si, quando não se conhecia sua origem, quando era encoberta por mistérios, precisou de diversas mediações para ser desvendada. Como exemplos da divinização do conhecimento geral, temos as discussões na Antiguidade, e, inclusive no Medievo, sobre os elementos primordiais que atribuíam o mistério diretamente ao transcendente. Essa coisidade, com muitas contradições, avanços, recuos e saltos, passa a ser manipulada de forma racionalmente sustentada a partir do pensamento moderno.

Sob os efeitos dessa conjunção de fatores contraditórios, é seguro apontar que a passagem da centralidade do objeto (dimensão ontológica) para o sujeito (dimensão gnosiológica) foi um processo objetivo, e historicamente determinado, que, por sua vez, produziu novas contradições e distorções, chegando à ilusão atual de que somente o sujeito é o produtor da realidade,

¹ Tonet cita textualmente alguns educadores emblemáticos: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Miguel Arroyo, Paolo Nosella, Gaudêncio Frigotto e José Carlos Libâneo.

completamente independente de uma realidade objetiva exterior. O maior distanciamento entre sujeito e objeto resulta diretamente do processo de formação da sociedade burguesa, que, vitoriosa, não tinha mais o mesmo interesse em desvelar os fundamentos de sua própria sociabilidade. Bem diferente do momento histórico anterior, em que se viu o esforço burguês em desmistificar a superestrutura religiosa da sociabilidade medieval em sua luta para a superação do modo de produção feudal. No seu momento revolucionário, a burguesia entendia que a coisidade era fundamental para provar que o conhecimento científico era o verdadeiro, frente às abstrações da fé.

Qual o impacto do maior distanciamento entre sujeito e objeto construído historicamente pela burguesia? A inviabilização do conhecimento da realidade. Surge, então, a primeira tarefa do ser social em prol de sua emancipação: superar a distorção da relação sujeito-objeto. O que significa retomar o lugar do sujeito na totalidade, na realidade objetiva, enxergando que a dimensão ontológica (coisidade) se sobrepõe a dimensão gnosiológica (sujeito). O sujeito, que analisa somente pela perspectiva gnosiológica, entende que o real não existe plenamente, é uma criação exclusivamente sua. O conhecimento não seria oriundo da apropriação da realidade, mas apenas a percepção subjetiva dessa realidade. Não pretendemos, com isso, afirmar que o gnosiológico não esteja presente, ou não tenha importância. O que se pretende aqui confirmar, com base nos clássicos do marxismo, é que o sujeito não produz o real sozinho, ou o seu extremo oposto, a impossibilidade de conhecer esse real. A dimensão gnosiológica ignora a causalidade que confronta a vontade, a intencionalidade, e, salvo no complexo da ciência, ignora também a necessidade de rigor ao esforço do sujeito para se apropriar do conhecimento preciso da causalidade, desestimulando o sujeito a conhecer a dimensão concreta da existência independente dele, mas que pode ser conhecida por ele, e até transformada. Sobre esse debate, Tonet (2013, p. 41) faz a seguinte síntese:

[...] o homem como um ser ativo, ou seja, um ser que conhece e faz. O que significa que todos eles (objeto, sujeito, objetividade, subjetividade) têm não apenas um estatuto gnosiológico, mas também, e antes de tudo, um

estatuto ontológico. Deste modo, objeto e objetividade, sujeito e subjetividade são tomados como resultado real da atividade humana, que implica conhecimento e ação. Fica claro, assim, que a relação gnosiológica entre sujeito e objeto é apenas um momento de uma relação mais ampla que é a criação da realidade social como totalidade.

Essa centralidade ontológica não significa o retorno à metafísica dos antigos, embora, no processo histórico, a metafísica tenha ajudado a revelar como chegamos à mistificação da sociabilidade atual, ou seja, substituimos a ontologia metafísica, medieval pela gnosiologia, como movimento em polos extremos, separados, típico da alienação fundada pela sociedade de classes. O que se quer epigrafar é que não se requer uma “nova” ontologia qualquer, mas da ontologia autêntica, que reconhece o trabalho como categoria fundante: a ontologia do ser social.² Precisamos da unidade dialética entre teleologia e causalidade, da síntese posta pela práxis do trabalho entre antropomorfização – presente no sujeito – e a desantropomorfização – imanente à matéria que se vai operar. Aqui demarcamos a importância fundamental do pensamento marxiano que descobre no movimento do real essa ontologia.

Tonet (2013) segue sua análise e nos mostra mais uma mistificação resultante desse processo: o ser social (burguês), mesmo consciente do seu poder de manipular os elementos naturais, sabe que existe um limite para essa manipulação e associa-o a uma naturalização da economia. O trabalho também é entendido como relação homem-natureza, mas trata-se de uma relação de oposição, desconsiderando que o homem é, antes de tudo, natureza. O pensamento burguês, em sua lógica de reprodução, faz exatamente essa associação, naturalizando as relações econômicas como se fossem resultantes da trágica incapacidade humana de se livrar da sua dimensão natural, criando o mito de que o

² Lukács (2013) resgata e aprofunda essa descoberta de Marx (o trabalho como unidade dialética entre teleologia e causalidade), justamente, como o fundamento que possibilita compreender a unidade entre sujeito e objeto, perseguida por toda a história do pensamento social. Mesmo com uma descoberta tão fantástica, os condicionamentos provocados pelas relações de produção estranhadas nos mantêm presos à centralidade do sujeito, à dimensão gnosiológica do conhecimento.

verdadeiro espaço de ação humana está somente na esfera da subjetividade. O homem, portanto, deve se submeter à economia, às supostas leis eternas da concorrência e da exploração. As interferências são possíveis apenas nas outras esferas, como educação, direito, ciência, arte etc. (TONET, 2013, p. 43-44). A naturalização burguesa da economia não é apenas uma decisão voluntária do burguês, mas a resultante do movimento da mercadoria que aparece como senhora do seu próprio movimento e dissimula a ação dos trabalhadores que a produzem e a põe em circulação. Como o burguês ganha com essa mistificação, não necessita desmistificá-la, essa tarefa cabe a quem perde com essa naturalização: o produtor da riqueza social. Destarte, apenas ao proletariado interessa desvendar o real. Somente aos trabalhadores cabe a missão histórica de por em relevo a verdade. À burguesia interessa o fetiche, a mistificação.

Educação e compromisso social: o que esperar do professor no contexto de luta de classes?

Considerando os elementos da sociabilidade burguesa recém-apresentados, a subjetividade passa a ser tão central que acaba por tornar invisível a coisa, a realidade em si, fortalecendo indevidamente o pensamento kantiano que afirma o objeto como incognoscível. Para o pensamento burguês, é bom para os negócios conhecer apenas a forma aparente da realidade sem a percepção da totalidade social. Tonet (2013, p. 51) chama esse movimento de “hipercentralidade da subjetividade” dando origem ao irracionalismo e ao pragmatismo de nossos dias. Esse subjetivismo extremado traz consequências desastrosas para a sociedade. Tonet (2013, p. 54) batiza esse fenômeno de invisibilização da totalidade; em suas palavras:

As consequências deste ponto de vista da subjetividade para a reflexão acerca de qualquer fenômeno social são extremamente danosas. Se a realidade social não é uma totalidade articulada, mas uma coleção de fragmentos; se a fragmentação não é um produto histórico-social, mas uma determinação natural da realidade; se a nenhuma das partes pertence o caráter de matriz de todas as outras; se inexistente um fio condutor que perpasse e dê uni-

dade ao conjunto da realidade social; se não existe verdade, mas apenas verdades; se não existe história, mas apenas histórias; se não existe gênero humano, mas apenas grupos sociais diferentes e, no limite, indivíduos singulares; se o conceito de realidade nada mais é do que um construto mental; se perdido, rejeitado, ou nunca efetivamente compreendido o fio condutor que articula todo o processo social – a autoconstrução do homem pelo homem a partir do trabalho – só resta ao sujeito interpretar e ‘transformar’ o mundo segundo critérios por ele mesmo estabelecidos. Que, embora isto seja ignorado, não são critérios que brotam de uma interioridade pura, mas já são expressões de uma determinada realidade social objetiva.

Para recompor a totalidade social, Marx (2004, p. 54) descobriu que é preciso perceber a unidade dialética da objetividade-subjetividade, mediante a práxis, que é o conjunto da atividade sensível; sintetizando: sujeito e objeto, razão e sensibilidade, subjetividade e objetividade (MARX, 2004). O pensador alemão, ao descobrir que o trabalho continha a dimensão fundante do mundo dos homens, também descobriu a unidade natureza e sociabilidade; cada dimensão com sua importância e especificidade, sem relação hierárquica. Em uma palavra: totalidade. A partir do trabalho, portanto, foi possível descobrir o ser social que, por meio do trabalho potencialmente livre, cria o novo e cria o próprio homem. Isso ocorre, pois a consciência do trabalhador estabelece fins (teleologia) e avalia as determinações objetivas (causalidade) que podem ou não viabilizar a realização das finalidades.

Esse é o preciso sentido em que nos apoiamos para apontar que as decisões dos sujeitos que agem na realidade nunca surgem de elementos puramente subjetivos; necessitam, por seu movimento, do conhecimento objetivo da realidade. A consciência não pode ser autônoma em relação à realidade, do mesmo modo, não pode ser um produto mecânico retirado do real. Nesse processo movido e movente que se realiza na práxis, opera-se, sempre e inevitavelmente, a mediação, a unidade (MARX, 2004). O complexo do trabalho, como elemento fundante das relações sociais, ao produzir o homem, não o esgota. Isto é, a produção incessante do novo, a partir do trabalho, gera novas necessidades bem

como novas possibilidades. Nessa dialética é que surge o complexo educativo para dar respostas às necessidades e possibilidades suscitadas pelo trabalho e, ao mesmo tempo, enriquecer o próprio processo de trabalho e, conseqüentemente, o ser social.

Diante do retorno aos fundamentos promovido por Tonet (2013), podemos apontar que o complexo educativo não pode ser analisado distante da categoria que lhe deu origem, e lhe mantém o processo de reprodução, o que, inevitavelmente, nos leva à tematização acerca da relação intrínseca entre educação e capital. Se compreendemos o estranhamento das relações de produção, passamos a entender a alienação que se desdobra em todos os complexos sociais engendrados a partir de uma matriz que já nasce estranhada, pois brota da separação entre capital e trabalho, resultando na separação do produto do seu produtor, da cisão entre o sujeito e seu objeto. Para que a educação não continue a reproduzir-se de forma estranhada, é preciso superar o estranhamento na matriz. A educação é, por natureza ontológica, um espaço de reprodução, conservação e disseminação dos conhecimentos e valores produzidos pelo gênero humano que, nesse momento histórico, orienta-se universalmente para a produção de mercadorias. Entretanto, nesse processo, surgem contradições que podem inspirar novas finalidades que, para se realizarem, necessitam da apreensão da realidade objetiva pelo sujeito, criando, a partir daí, possibilidades de intervenção. Por esse conjunto de motivos, as proposições para o complexo educativo apartadas das condições objetivas do complexo do trabalho não conseguem ir além de propostas ético-discursivas. Mesmo que bem intencionadas, essas proposições servem, primordialmente, como conservação das formas sociais estranhadas, já que exortações ou discursos não são suficientes para devolver ao ser social a riqueza produzida pela humanidade que existe nele, sistematicamente, expropriada pela classe dominante.

Analisando a esfera da produção, os educadores encontrarão a gênese dos processos limitadores do complexo educativo, descobrindo os elementos da disputa: os espaços da contenda, os objetos disputados e os litigantes. Como espaço de contenda, podemos delimitar o espaço da escola pública que, desde o advento

da manufatura, necessita progressivamente do disciplinamento e qualificação da força de trabalho, tornando-se o mecanismo formativo por excelência. Contemporaneamente, pode-se observar no espaço escolar um intenso monitoramento e controle sobre as rotinas e conteúdos educacionais, seja pela indução das avaliações externas, sejam pelas propostas ultraconservadoras de criminalização da formação da consciência crítica. Temos a recente sanção da Lei Federal Nº 13.415 de 16/2/2017 que reformou a estrutura do ensino médio e a tentativa de tramitação do Projeto de Lei do Senado Nº 193/2016 que trata do Programa Escola sem Partido.

Isso mostra o caráter contraditório existente no espaço escolar. Em uma expressão: não se pode considerar que a escola funcione apenas como uma mera ferramenta mecânica de reprodução das mazelas capitalistas, pois, nem mesmo as inofensivas exortações sobre Democracia e Cidadania estão hoje sendo valorizadas. Talvez elas não sejam tão inofensivas assim. Esse obstáculo revela uma contradição fecunda e que, por isso, precisa ser investigada ontologicamente.

Entre os objetos disputados no espaço escolar público na atualidade, o acesso ao conhecimento para a classe trabalhadora deve ser encarado pelo professorado como o maior desafio. O capital, conforme sua necessidade, seleciona, reduz e distorce o saber que deve ser transmitido aos trabalhadores. Essa seleção acontece de várias formas. Se, por um lado, a formação docente é precária, uma vez que os cursos de licenciatura, em geral, continuam com conteúdos mínimos sendo reduzidos cada vez mais; por outro lado, o mecanismo de restrição do acesso ao conteúdo também se dá pelas condições precárias do trabalho docente que impede a pesquisa, o estudo permanente e o desenvolvimento de atividades interessantes em sala de aula que, por seu turno, potencializariam o estímulo e o acesso dos jovens-trabalhadores ao conhecimento.

Conscientes dos elementos da disputa, professores e estudantes teriam melhores condições de compreender que a educação plena é resultado da humanização plena, impossível sem a superação da forma capital em sua agudização capitalista. Esse é o objetivo fundamental: emancipar o trabalho do capital. Mas essa

consciência, pelo gigantismo do desafio, não deve ser geradora de imobilismo, ao contrário, deve ser enfrentada com uma contradição motora-movida, isto é, deve se orientar na direção certa; ainda que em passo lento, precisa ser articulada à superação do capitalismo. Tonet (2013, p. 260), mesmo sem pretender criar uma nova pedagogia, aponta alguns “requisitos para uma atividade educativa que (pretende) contribuir para a emancipação humana”. Detemo-nos um pouco mais em cada um deles:

O primeiro requisito é a apropriação do conhecimento. Este precisa ser dominado universalmente pelo professor que educa o trabalhador, dado que essa classe, por sua natureza historicamente revolucionária, é quem necessita conhecer a verdade. Sabemos que a burguesia cumpriu parcialmente a função histórica de classe revolucionária ao superar o modo de produção feudal; contudo, não poderia conquistar a emancipação humana por ser incapaz de superar a sociedade de classes. Já conhecemos o resultado histórico: a sociabilidade burguesa acabou por aprofundá-la, revelando, então, a classe capaz da superação plena, se conseguir constituir universalmente o trabalho associado. Nesse sentido, o conhecimento oferecido pela classe dominante não pode ser revelador da totalidade social, acessando apenas fragmentos da realidade, preferencialmente, conhecimento de caráter instrumental que seja útil à produção de mercadorias. O conhecimento a que nos referimos é aquele necessário à compreensão da realidade que engendra a apropriação privada da produção da riqueza social, que mistifica as relações sociais, que atomiza o indivíduo e o desmobiliza para a sua própria emancipação, que o incapacita a reconhecer-se enquanto gênero criador da sua realidade. Os capitalistas podem prescindir dessa ‘verdade’, pois sua posição de domínio é confortável nas relações de produção e podem selecionar seus fragmentos de verdade úteis à sua dominação. Já os sujeitos dominados, submetidos aos permanentes condicionamentos ideológicos, necessitam do acesso ao conhecimento da realidade concreta.

Vejamos de perto um exemplo: os trabalhadores compreendem, pelo movimento aparente da realidade, que os patrões pagam o seu salário conforme o combinado, aceito por ele livremente. Contudo, a ‘verdade’ é bem diferente. Carcanholo

(2011, p. 135-136) nos ajuda na demonstração: somente do ponto de vista da totalidade a exploração pode ser entendida plenamente. Precisamos ver além das relações individuais, ver o conjunto dos burgueses e o conjunto dos trabalhadores assalariados. Interessa também quem produziu todas as mercadorias que serão adquiridas para a reprodução de cada trabalhador. O trabalhador, enquanto classe, produz as mercadorias que serão adquiridas pelos próprios trabalhadores, na forma de salário. E o desembolso inicial do capitalista? Veio do gasto do salário dos trabalhadores ao adquirirem as mercadorias necessárias à sua reprodução. Sem a totalidade da classe social, não é possível ver na produção individual que foi o próprio trabalhador que produziu a mercadoria que vai consumir. Os capitalistas não deram nada de seu dinheiro, é apenas aparente. Sem dinheiro no bolso, o capitalista individual não contrata o trabalhador; contudo, o conhecimento da realidade não termina aí; essa é a diferença entre essência e aparência; ambas compõem a realidade. É o conhecimento necessário à emancipação.

Marx (1989, p. 12), após rigorosa investigação histórica da economia política, afirma categoricamente o esvaziamento da dimensão crítica do processo de conhecimento produzido pela burguesia após sua conquista do poder político:

[...] Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.

Diante do exposto, podemos inferir que a apropriação do conhecimento necessário à emancipação deve ser operada em oposição à seleção de conteúdos, métodos e formas de avaliação estabelecidas pelos gestores do capital, empobrecedores do horizonte de possibilidades e facilitadores do controle e da dominação. E para que possamos nos contrapor à seleção de conteúdos fragmentados, reducionistas e mistificadores, é fundamental ter a emancipação humana como objetivo central. Não se pode confundir, por esse motivo, a emancipação política burguesa,

meramente formal, com aquela emancipação (plena) que implica na emancipação do capital. O objetivo da emancipação humana, como escreve Tonet (2013), também não pode ser somente um compromisso subjetivo, um desejo ou um sonho utópico. Com efeito, precisa ser resultante de uma crítica radical da sociedade e da natureza, incluindo nessa crítica as tentativas de emancipação já vividas no processo histórico. Para que se torne mais claro o que é realmente a emancipação humana, e como alcançá-la concretamente; acompanhemos o autor brasileiro:

Como se pode pretender contribuir para a formação de indivíduos efetivamente livres e sujeitos da história se se têm ideias errôneas, confusas ou inconsistentes sobre o que é a liberdade ou se não se pode demonstrar que os homens são, de fato, sujeitos da história; como se pode pretender contribuir para formar homens solidários, se não se é capaz de provar que os homens não são egoístas por natureza (TONET, 2013, p. 262).

O segundo requisito é o conhecimento do processo histórico, da realidade concreta que, em nosso contexto, trata-se de conhecer profundamente o metabolismo social do capital em todos os complexos sociais. Conhecer radicalmente, em sua totalidade, as formas de produção e reprodução do capital, o que possibilita, por sua vez, ir além dos saberes fragmentados, do descolamento do real e da prioridade do sujeito sobre o objeto. Como sintetiza Tonet (2013, p. 268): é necessário construir um conhecimento “[...] de base ontológica, regido pelo princípio da totalidade e inseparável da afirmação de que o processo de produção material é a matriz ontológica do ser social.”

O terceiro requisito é o conhecimento do complexo educativo, de modo a identificar com precisão qual o seu papel diante da tarefa da emancipação. Quais as possibilidades, limites, contradições e potencialidades do processo educacional? Responder às questões específicas sobre métodos, atribuições, postura e práxis docente, centralidade do aluno etc. Discutir o micro universo educativo, mas nucleado à totalidade social. Em geral, os estudiosos da dimensão gnosiológica supervalorizam o fragmento, ignorando a totalidade, mas a recíproca também é verdadeira e alguns educadores marxistas desprezam

em demasia esse microuniverso, negligenciando o pensamento dialético que, muitas vezes, é apresentado apenas como conceito abstrato.

O quarto requisito, como esclarece Tonet (2013, p. 269-270), é o “[...] domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber”. O compromisso com a luta dos trabalhadores é muito importante, mas não é suficiente, pois o educador precisa mediar o acesso ao conhecimento mais avançado disponível pela história humana. Além disso, para que o conhecimento mais avançado produzido pela humanidade seja útil, precisa ser aplicado de forma concreta. Pouco domínio dos conteúdos inviabiliza a aplicação do conhecimento como forma de produzir uma nova práxis, novas práticas sociais. Pouco domínio do conteúdo, enfim, garante apenas simplificação, redução da realidade. Em uma frase: pode apenas garantir reprodução.

O quinto e último requisito, na perspectiva de Tonet (2013), é o necessário engajamento do educador com as lutas concretas dos trabalhadores na esfera da produção; sua práxis, necessariamente, deve ser articulada ao momento histórico em que as lutas sociais se desenrolam. A educação precisa estar articulada ao trabalho – com prioridade deste sobre aquela –, pois o ato de trabalhar é que oferece as condições concretas da transformação social. Adverte-se, com efeito, que na articulação entre trabalho e educação, ambos mantêm suas especificidades, contudo na direção certa, ou seja, tendo como horizonte, como finalidade a emancipação humana:

[...] a atividade educativa é tanto mais emancipadora, quanto mais e melhor exercer o seu papel específico. [...] este consiste em possibilitar ao indivíduo a apropriação daquelas objetivações que constituem o patrimônio comum da humanidade. O que implica, obviamente, a luta pelas condições que permitam atingir o mais plenamente possível este objetivo (TONET, 2013, p. 273).

Sintetizando: a tarefa primordial dos profissionais da educação, em sua especificidade, é conectar o indivíduo ao gênero; conexão que é danificada sob as relações de produção estranhadas. Identificando-se com o gênero, o indivíduo amplia a possibilidade de reencontro consciente com a totalidade social e com o trabalho, na sua dimensão ontológica de realização do ser social.

Considerações finais

Considerando os elementos apresentados: a emancipação política abstrata em oposição à emancipação humana concreta, a mistificação do Estado, a crise estrutural do capital e a intensificação do controle do complexo educativo pelo capital, ficam cada vez mais claros os limites de proposições e teorias pedagógicas que pretendem promover a superação dos processos desumanizadores engendrados pela propriedade privada dos meios de produção; sem o entendimento de que o predomínio e a disseminação dos valores capitalistas apenas poderão, no limite máximo de suas contradições, cultivar a ética, a cidadania, a cultura de paz, entre outras alternativas burguesas. Porém, esse muito bem-intencionado conjunto de pressupostos está impedido de aclarar o verdadeiro conhecimento. Crer que o Estado possa abrir espaço para a participação cidadã, ou clamar que o indivíduo isolado participe do Estado na tentativa de transformá-lo, sem revelar a gênese da negação dessa mesma cidadania na vida social, resulta, de fato, em esforço estéril.

Diante desse contexto, Tonet (2013) nos convida a rever os fundamentos da sociabilidade burguesa de forma a descobrir as potencialidades e especificidades da atividade educativa, na perspectiva de superar a centralidade do sujeito sobre o objeto, reencontrando a realidade tal como ela é, e, desse modo, buscar as alternativas sociais para sua superação. Cumprindo esse percurso, seguramente chegar-se-á aos desafios do mundo produtivo contemporâneo e sua articulação com a educação. Paradoxalmente, o maior interesse do capital pelo controle da educação formal oferecida aos trabalhadores, demonstrado nas últimas décadas, ajuda, justamente, a revelar a importância da educação na reprodução social capitalista. O seu desdobramento revela também a importância da educação para o desenvolvimento de atividades emancipadoras. Por mais refinado que seja o controle do capital sobre o acesso ao conhecimento produzido pelo gênero humano, professores e estudantes ainda dispõem de espaços, mesmo que cada vez mais escassos, para questionar este controle, pois pela própria natureza da educação como relação sujeito-sujeito, como teleologia secundária (LUKÁCS, 2013), há sempre um espaço para questionamentos e

criação de possibilidades que podem contribuir para a emancipação da sociabilidade desumana do mundo da mercadoria.

Para finalizar, não se pode esquecer que a velha sociedade nos ajudará a produzir a nova. Por esse dado ontológico, o método histórico-dialético é o único capaz de enfrentar esse movimento. Foi graças ao pensamento dialético que Marx (2004) descobriu a possibilidade de emancipação humana a partir da descrição hegeliana da sociabilidade burguesa, do trabalho estranhado que Hegel via como positivo como autodeterminação do ser. Este filósofo, por meio do terceiro momento do devir (tese-antítese-síntese), viu o reconhecimento de um absoluto, já posto; Marx (2004) viu a emancipação, a criação do novo. Das contradições do velho, o pensador alemão nos ajuda a realizar o salto, apresentando-nos a possibilidade de criação do radicalmente novo, um novo ser social.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, 14 jul. 2017.

CARCANHOLO, R. (org.). **Capital: essência e aparência**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 264-304, jun., 1999.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São

_____ **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____ **Miséria da Filosofia.** Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____ **O Capital:** crítica da economia política. Livro Primeiro. V.1 Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____ **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDES SEGUNDO, M. D. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação no Brasil:** o FUNDEF no centro do debate. 2005. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ **Para além do Capital.** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo Boitempo, 2002. Edição eletrônica.

_____ **O Século XXI:** socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, D. **Graduação tecnológica no Brasil:** crítica à expansão do ensino superior não universitário. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____ **Pedagogia Histórico-Crítica.** Primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** 2. ed. Maceió: Edufal, 2013.